



Ministério da
Fazenda



TERMO DE RESPONSABILIDADE

147 postos – APA etc

Processo: 10280-724.432/2024-40

Classificação: Documento público de livre acesso

Pelo presente, declaro que, para elaboração do presente edital, utilizei a minuta padrão de Edital, Termo de Referência e Contrato, disponíveis no site da Advocacia-Geral da União – AGU na época da preparação dos documentos. Os modelos e suas datas de atualização constam em nota de rodapé.

Declaro, ainda, que os únicos itens que foram modificados ou excluídos em mencionada minuta estão todos destacados na **cor vermelha**. As justificativas para alterações estão apresentadas a seguir:

EDITAL:

- Sem participação exclusiva de micro e pequenas empresas

1.1. Especificação de serviço em gestão de mão de obra terceirizada para aceitar atestado de capacidade técnica também para outros postos similares ou genéricos

1.2 Organização em grupos e itens

2.5.9 e 2.5.10. Vedação para consórcio e cooperativa conforme Editais anteriores desde 2022, a exemplo do proc. 10240-737.546/2022-64

Cooperativas: os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação/subordinação dos obreiros com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Consórcio: É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 – Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU. O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência e aplica-se às licitações para contratação de obras de grande vulto ou de alta complexidade. No que respeita ao objeto do presente documento, o serviço é comum, e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação. Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para este caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade, moralidade e razoabilidade.

4.5.1. e 6.8.6. Pedir comprovante para tributação em percentual variável

4.7. Serviço de mão de obra em geral não permite o simples nacional, conforme nota explicativa da minuta padrão

5.8. Valor para intervalo mínimo de lances permite diferenciação e disputa unitária

6.8.5. e 6.11. Exigir isonomia no uso da planilha de custos

6.9.1. Prever hipótese de diligência simples para deságio acima de 50% na taxa de lucro orçada pela administração. Em serviços de mão de obra terceirizada, não é cabível analisar o deságio sobre o valor monetário, pois custo global possui diversas rubricas irreduzíveis de CLT/CCT, sendo que o principal “componente” de disputa de preços é, essencialmente, a taxa de lucro e de custos indiretos. Assim, sugere-se que, no caso específico de mão de obra terceirizada, o percentual de 50% seja aplicado sobre o componente verdadeiro de disputa (lucro e de custos indiretos) e ao invés do valor financeiro final (“inútil”). Além disso, verifica-se que o texto aqui proposto, nunca desclassifica ninguém automaticamente e tão somente orienta hipótese de fazer diligência e prever critério explícito e objetivo para resolver a diligência, sem o qual ficaria complicado para o Pregoeiro negar uma proposta e aceitar outra próxima. Assim, sugere-se pedir comprovante simples para taxas 50% menores, sem criar absolutamente nenhum impedimento e nem qualquer tipo de proibição contra essas taxas, e tão somente pedir algum comprovante abaixo desse limite. Destaca-se que o texto sugerido não impõe nenhum valor mínimo, e tão



Ministério da
Fazenda



somente exige comprovante a partir de determinado limite. Se enviar comprovante, aceita-se qualquer valor. Sem comprovante, não seria aceitável deságio acima de 50%. S.m.j., entende-se que isso não contraria a Decisão STJ firmada no Tema Repetitivo n. 1038: "Os editais de licitação ou pregão não podem conter cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração, sob pena de ofensa ao artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993". Regra similar já foi adotada e aprovada em Pregões anteriores, remontando ao ano de 2022, a exemplo do proc. 10240-737.546/2022-64, quando a redação era um pouco diferente porque o modelo de Edital era baseado na antiga Lei 8.666/93.

6.9.2. Exigir isonomia na cotação itens obrigatórios como CCT, conforme Editais anteriores desde 2022, a exemplo do proc. 10240-737.546/2022-64.

6.12 a 6.14. Regras conforme editais anteriores de mão de obra

9.4.1. Legislação fixa multa mínima de 0.5%.

9.4.2. Percentual mínimo do item anterior x10.

TERMO DE REFERÊNCIA:

1.3. Prazo tradicional de 12 meses

1.4. Definição de regime de execução conforme solicitação jurídica em Edital anterior, vide Item 3.1.c do Parecer 1879/2024 no proc. 10280-723.641/2024-76

4.1. Vedar subcontratação, conforme já feito e testado em contratações anteriores, tendo se mostrado adequado às necessidades do órgão

5. Regras do serviço conforme Editais anteriores deste órgão. As atividades são padronizadas já estão descritas na CBO. Esses itens foram usados e testados em contratos anteriores e se mostraram adequados às necessidades do órgão. São autoexplicativos e é dificultoso tecer maiores explicações da sua necessidade e pertinência. Sobre o item 2.5 do Anexo V da IN/SEGES nº 05/2017, entende-se que o conteúdo das alíneas 'a' e 'f' está satisfatoriamente descrito e que as demais alíneas não se aplicam ao presente caso.

6.7. Contrato terá vários locais de prestação de serviço e é inviável exigir preposto em todos locais. Considerando inclusive a possibilidade de reunião virtual, trocou-se exigência de presença física em local por disponibilidade de forma genérica.

7.16. Praxe interna de fixar prazo de 10 dias úteis, conforme já feito e testado em contratações anteriores, tendo se mostrado adequado às necessidades do órgão

7.31. Uso do IPCA amplo como indicador oficial de inflação

7.42. Opção pelo pagamento com Conta Vinculada, vide consulta jurídica no e-processo 10240-722.787/2022-17

8.26.1. Exigir tempo de experiência equivalente ao da contratação

8.26.2. IN 05/2017 continua vigente e válida no âmbito da nova Lei 14.133/21 e seu texto autoriza expressamente exigir quantitativo equivalente ao da contratação se menor que 40, como no presente caso

8.27 e 8.28. Traduzir de forma mais clara e explícita como se faz a soma de atestados diferentes, para facilitar entendimento e orientar a correta participação dos licitantes

8.29. Padronizar informações mínimas dos atestados para garantir sua efetividade.

CONTRATO:

- Sem alterações relevantes, apenas preenchimento de dados básicos de objeto e órgão

9.42. Tolerância máxima de uma hora para substituir profissional ausente

12.2-iv. Percentuais de multa conforme já feito e testado em contratações anteriores, tendo se mostrado adequado às necessidades do órgão. (3) Multa compensatória pelo percentual mínimo de 10%.

(datado e assinado digitalmente)

GUSTAVO AMORIM ANTUNES

Equipe Regional de Licitações

Portaria SRRF02 n. 233/2023